

Audiência Pública Virtual - Apresentação e discussão do Rivi SENAC

Olá pessoal, boa noite a todas e todos que estão aqui nos acompanhando ao vivo no nosso canal do Brasil Ambiental no YouTube. São 19 horas agora, nós daríamos início à transmissão, mas tivemos algumas questões aqui para serem ajustadas, então nós vamos pedir a todas e todos que pacientemente aguardem a gente terminar aqui as instalações e a finalização dos procedimentos para dar início à transmissão da nossa audiência. Então agradecemos a compreensão e até logo.

A gente está dependendo de libras aí para começar, tá? Pode posicionar. Boa noite a todas e todos, vamos dando início à nossa audiência pública desta noite. Gostaria de, primeiramente, em nome do Brasil Ambiental, em nome da Superintendência de Licenciamento, Controle e Monitoramento Ambiental, agradecer a todas e todos que estão nos acompanhando através do nosso canal do Brasil Ambiental no YouTube.

Sou Natália Almeida, vou presidir essa audiência de hoje. Estou Superintendente de Licenciamento Ambiental do Instituto e, nessa noite, nós vamos fazer a apresentação do RIVE, que é o Relatório de Impacto de Vizinhança do Parcelamento de Solo Urbano na fase de licença prévia do empreendimento que é denominado SENAC. Ele é localizado na região administrativa de Planaltina, na RA6, setor habitacional Mestre Darmas, quadra SENAC Lote 1, que é um projeto, na verdade, de parcelamento de solo para a criação do lote em que serão, enfim, destinadas as instalações do SENAC.

Bom, nós temos também nessa transmissão ponto de acesso presencial, essa audiência ocorre com a transmissão virtual, com ponto de acesso presencial e temos lá também a equipe do Brasil Ambiental que está acompanhando, temos o Antônio Terra, nosso assessor, que está lá acompanhando a audiência, também temos a nossa transmissão em linguagem brasileira de sinais. E, de antemão, gostaria de agradecer a todas e todos que estão fazendo parte da transmissão, toda a equipe

técnica, a equipe do SENAC, da Academia de Engenharia, enfim, todas que estão aqui conosco. Bom, vamos dar início, então.

Vou fazer aqui, então, essa primeira etapa da audiência, que é a leitura do nosso regramento, do nosso regulamento. Na sequência, eu vou passar a palavra para a equipe do SENAC e, por fim, a Academia de Engenharia para apresentação do estudo ambiental. Hoje, dia 22 de julho de 2025, com horário de início às, exatamente, 19 horas e 10 minutos, com encerramento previsto para as 22 horas e 10 minutos, com tempo total de transmissão de 3 horas, já incluído nesse tempo o intervalo de 15 minutos, que é previsto regimentalmente para ser realizado entre o término da exposição técnica e a participação de todas e todos que quiserem fazer uso da palavra.

Bom, a nossa audiência é embasada legalmente na Lei Distrital 5081, de março de 2013, na Resolução Conoma nº 9, de dezembro de 87, e na Instrução Normativa nº 11, de 24, do Brasil Ambiental. Vou passar brevemente pela leitura dos dados desse processo de licenciamento que ocorre aqui no Instituto. O processo de licenciamento ambiental é o 00391-00003339-2025, dígito 31.

O empreendimento é o SENAC, localizado na região de Planaltina, no Setor Habitacional Mestre D'Armas, quadra SENAC lote 1. O tipo de licença que está sendo analisada aqui é a licença prévia. O tipo de atividade é parcelamento do solo, no caso para a criação da unidade imobiliária, o lote, onde serão as futuras instalações do SENAC. O interessado é o próprio SENAC, Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, e a empresa que foi responsável pela elaboração do estudo ambiental é a Academia de Engenharia.

Bom, o aviso dessa audiência foi devidamente realizado nos termos da Lei 5081, no site e nas redes sociais do Brasil Ambiental, conforme previsto também na nossa

instrução normativa. O objetivo dela é apresentar e discutir o RIV, que é o Relatório de Impacto de Vizinhança, referente a esse processo de licenciamento que nós já identificamos anteriormente, bem como, principalmente, colher sugestões e contribuições para o aprimoramento do processo de licenciamento, que tem nas suas bases a participação popular. Bom, só para lembrá-los, enquanto o trâmite do licenciamento ambiental, sobretudo para a atividade de parcelamento do solo, que é a atividade que nós estamos aqui hoje avaliando, é um rito de licenciamento trifásico.

São três etapas, nós temos a licença prévia, a licença de instalação e a licença de operação. Essa primeira etapa que estamos, que é a licença prévia, é a etapa onde é feita a viabilidade do conceito desse projeto. O foco da licença prévia, além de avaliar de maneira geral o empreendimento, é identificar quais impactos ambientais e que medidas precisam ser tomadas para que eles sejam mitigados, sanados ou até mesmo compensados.

A licença de instalação, que é a segunda, é aquela que propriamente autoriza as obras a acontecerem. Então vamos ter projetos de engenharia, projetos arquitetônicos, de todas as instalações, enfim. E a licença de operação por fim, que é a última, é aquela em que há o fechamento do licenciamento do projeto como um todo e eventualmente ela precisa ser renovada de tempos em tempos, a depender do tipo de exigência que se faça.

Então nós estamos nessa primeira etapa, que é a licença prévia, e essa audiência não é considerada um fórum ainda de decisão. Ela é muito no objetivo de colher sugestões e contribuições da comunidade, sobretudo a comunidade que é direta ou indiretamente afetada por esse projeto. Bom, como eu já disse, essa audiência está sendo transmitida ao vivo no canal do Brasília Mental no YouTube, mas ela também fica salva aqui no nosso canal para aqueles que quiserem assistir posteriormente.

E aqueles que por acaso estejam com dificuldade de acesso à internet onde estejam, podem ir até o endereço Coordenação Regional de Ensino de Planaltina, localizado ao lado do CF4, porque neste ponto há a transmissão dessa mesma audiência aqui, com ponto de acesso presencial para aqueles que tiveram eventuais dificuldades em acompanhar os seus respectivos dispositivos, tá bom? Bom, agora eu vou passar para a leitura da forma de participação. Peço que todas e todos que estejam nos acompanhando fiquem atentos da forma como devem se manifestar na audiência para que assim os trabalhos possam ocorrer da melhor forma possível. Bom, qualquer pessoa pode se manifestar através da inscrição de fala, pode sinalizar ao moderador para quem está no ponto de acesso presencial, ou enviando um formulário por escrito no link que está aqui na descrição do nosso vídeo.

Então você expande a caixinha aqui da descrição do vídeo, vai ter lá um link, e esse link você vai poder enviar a sua contribuição, sua pergunta, seu comentário, e ele será lido integralmente aqui por nós. O chat do YouTube fica aberto, vocês podem interagir, mas ele não é considerado um canal oficial de recebimento da participação ou de perguntas propriamente ditas. Nós leremos todas as manifestações que chegarem, desde que estejam devidamente identificadas.

Então pedimos encarecidamente para todas e todos que se apresentem, coloquem o seu nome e também, se for o caso, indicar se participam de alguma associação ou alguma entidade. Temos também a possibilidade de fazer uso da palavra, e aqueles que forem fazê-lo podem fazer pelo tempo de três minutos, se não representam nenhuma entidade, ou pelo tempo de cinco minutos, se representarem alguma entidade, alguma associação. Pedimos para que todas as manifestações sejam feitas de forma muito clara, objetiva, e que se atenham principalmente aos temas ambientais.

Os temas que não sejam ambientais, nós, na medida do possível, tentaremos responder. Temos aqui tanto representantes do SENAC como também da Academia

de Engenharia, que foi quem elaborou o estudo, e que também conhece um pouco dos demais procedimentos necessários, e naquilo que for possível, nós assim faremos. Mas nossa audiência, de fato, se debruça sobre os impactos ambientais desse projeto.

Todas as manifestações que chegarem vão ser recebidas e respondidas por ordem de chegada. Eventualmente, nós mudamos a ordem da resposta para agrupar por temas, porque assim a dinâmica do trabalho fica melhor, e as respostas podem ser melhor contextualizadas, e às vezes a dúvida de uma pessoa pode incitar uma dúvida em outra sobre o mesmo assunto, enfim. Essa é a nossa ressalva quanto a isso.

Se não houver tempo hábil para nós respondermos a todos os questionamentos, eles serão respondidos posteriormente, através do e-mail que vocês encaminharem, os contatos de vocês nos formulários. Mas eles, mesmo respondidos posteriormente, não ao vivo aqui, eles também serão incluídos na ata completa dessa audiência pública. Independente de ter participado ao vivo, ter assistido depois, ou se quer ter assistido a essa audiência, todos podem fazer contribuições nesse projeto até o prazo de 10 dias, a contar da data de hoje, através dos nossos canais de e-mails.

Então, se você quiser fazer alguma contribuição para os próximos 10 dias, por favor nos encaminhe um e-mail para sulam, S-U-L-A-M de Maria, arroba ibram.df.gov.br ou licenciamento.ibram.gmail.com. E esses questionamentos serão posteriormente respondidos e incluídos na ata completa da audiência. Essa ata vai ser publicada em até 30 dias, a contar da data de hoje. Esse vídeo continua salvo no nosso canal, independente desse prazo de 10 dias.

E mais informações sobre esse regulamento estão previstas e disponíveis no nosso site do Brasil Ambiental, ibram.df.gov.br. A nossa audiência é dividida em quatro blocos, esse bloco inicial de abertura que eu estou aqui fazendo, com a leitura dos

regramentos e, enfim, dessas informações cadastrais. Um momento de exposição técnica, onde é feita toda a apresentação do relatório de impacto de vizinhança. Teremos um intervalo de 15 minutos, eventualmente, para organizar perguntas e participações que chegarem ou não.

Vai depender muito da quantidade de participações e formulários que a gente receba. Depois, no terceiro bloco, nós temos as respostas dessas perguntas e os comentários relativos a cada uma delas. E, por fim, o encerramento, que pode ser realizado até às 22 horas e 10 minutos.

Eu estou encerrando, então, esse momento de abertura, mais uma vez agradecendo a todos e todas que estão aqui nos acompanhando e todos que estão fazendo parte dessa transmissão também. E vou passar, inicialmente, a palavra para o doutor Vitor Corrêa, ele é diretor regional do SENAC, para fazer uma apresentação inicial sobre o SENAC. Bem, boa noite.

É um prazer estar participando aqui da audiência pública. Eu vou apresentar aqui Natália, que está presidindo a sessão de hoje. Meu nome é Vitor Corrêa, eu estou como diretor regional do SENAC do Distrito Federal.

Nosso objetivo aqui é, rapidamente, apresentar a instituição para que todos possam ter conhecimento, ter esse licenciamento, por que razão que ele faz sentido para a sociedade brasileira. Eu estou falando de uma instituição que é o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial do Distrito Federal, ou seja, uma instituição regional, porém, em uma instituição maior, que é uma instituição nacional, que em janeiro do próximo ano, completa 80 anos de história. O SENAC foi criado em 1946 e atua aqui no Distrito Federal desde 1967.

Então tem mais de 1 milhão e 200 mil pessoas que passaram pela nossa instituição e obtiveram um certificado de formação para o trabalho. Nós somos uma instituição que educa para o trabalho, possibilitando e propiciando o desenvolvimento econômico e social da sua área de atuação, em nosso caso, o Distrito Federal, contribuindo para o fortalecimento do setor de comércio de bens, serviços e turismo. É uma instituição privada, ancorada pela Federação do Comércio do Distrito Federal, que tem esse braço de aprendizagem a partir do seu Conselho Regional, presidido pelo presidente José Aparecido.

O SENAC forma em torno de 20 mil pessoas todos os anos, tem a sua série administrativa NASA Norte, no plano piloto, na 712 barra 912 Norte e conta com oito centros de educação profissional. Um na cidade de Ceilândia, outro no Gama, também tem no Setor Comercial Sul, em Sobradinho, em Taguatinga e na 903 Sul e uma segunda unidade também no Setor Comercial Sul. Temos uma faculdade na 903 Sul e cinco polos de extensão de educação profissional, localizados na cidade de Braslândia, São Sebastião e Santa Maria e também dois shopping centers da cidade, o Patio Brasil Shopping e o Shopping Conjunto Nacional, além de quatro carretas escola que fazem esse processo de educação para o trabalho em regiões administrativas onde o SENAC não tem unidade própria.

E também tem uma empresa pedagógica, a partir da parceria com o governo do Distrito Federal, na Praça dos Três Poderes, que é o Café Escola SENAC Casa de Chá. Queria destacar aqui dois programas muito relevantes que o SENAC desenvolve em formação de juventude, o programa Jovem Aprendiz, que é muitas vezes a primeira experiência profissional do jovem na inserção no mercado de trabalho. Hoje o SENAC tem mais de 3.200 matrículas nesse programa, com 790 empresas que contribuem com esse sistema, com o SENAC mensalmente, sendo atendidos pelo SENAC gratuitamente do ponto de vista da gestão do ensino desses alunos.

Tem um outro programa muito relevante para a juventude, que é o programa técnico no ensino médio, no qual alunos regularmente matriculados na rede pública de ensino no ensino médio fazem um contraturno escolar, um ensino técnico, permitindo que, ao longo da sua formação no ensino médio, ele saia com dois diplomas, o diploma de ensino técnico e o diploma de ensino médio, tendo uma profissão para se inserir no mercado de trabalho. Mais de 22 títulos e 4 mil alunos inseridos nesse programa. Atualmente, no dia de hoje, nós temos 20.954 alunos matriculados no SENAC, somente a unidade de Sobradinho, que é a unidade mais próxima da região-alvo do debate de hoje.

Nós temos 2.129 alunos. As matrículas do SENAC, em qualquer uma das suas unidades, a partir de alunos residentes na região administrativa de Palautina, até junho, janeiro a junho desse ano, somou 996 alunos. E se colocar toda a saída norte, considerando Palautina, Sobradinho, Sobradinho II, Fercal, Palautina, Paranoá e Itapuã, nós estamos falando de 3.365 alunos entre janeiro e junho deste ano.

De modo que essa chegada, digamos assim, essa presença do SENAC na região de Palautina seria uma abertura de unidade inédita para a região administrativa de Palautina. E o objetivo é que nós tenhamos todos os segmentos de atuação do SENAC, gestão, tecnologia, beleza, moda, saúde, turismo, economia criativa, enfim, design, todas as atividades que o SENAC desenvolve nas suas principais unidades, localizadas em 903 sul, no setor comercial sul e em Taguatinga, também possa atender a região administrativa de Palautina e a região próxima desta região administrativa na saída norte da cidade. Então inicialmente eram esses esclarecimentos para apresentar um pouquinho do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial a todos vocês.

Muito obrigado. Perfeito, Doutor Vitor. Agradeço muito a participação do SENAC e todos os esclarecimentos que são fundamentais para nós avançarmos para essa

segunda etapa, que é conhecer melhor o projeto e, sobretudo, os seus impactos ambientais.

Então, nessa sequência, inclusive, eu já vou convidando aqui, então, o Coordenador do Estudo Ambiental, que é o João Batista Chaves Neto, passar a palavra para o João para dar início, então, propriamente, à apresentação do RIVE, o Relatório de Impacto de Vizinhança. E, nesse momento, eu, passando a palavra, desejo uma excelente audiência a todos nós, que nós todos possamos sair daqui com nossas dúvidas sanadas e conhecendo melhor desse projeto que é tão importante para o Distrito Federal. Então, boa audiência e boa apresentação, João.

Obrigado, Superintendente. Desejo a todos uma ótima noite, um objetivo nobre, que é apresentar sobre esse projeto, que visa trazer um diferencial para a comunidade de Planaltina. Eu gostaria de convidar aqui também à mesa o Engenheiro Enzo e a Arquiteta Lorena para poder participar aqui conosco, para que nós vamos dividir aqui os aspectos técnicos da apresentação.

A Cádua Engenharia é responsável pelo desenvolvimento dos estudos ambientais e tem uma equipe multidisciplinar que participou para a elaboração desse projeto. Uma equipe com formação na área de Engenharia Ambiental, Engenharia Florestal, Geologia, Geografia, Geofísica. Então, assim, uma equipe voltada para desenvolvimento de todos os assuntos e temáticas necessárias para desenvolvimento dos estudos.

Além da parte ambiental, tivemos também participando a equipe técnica de Infraestrutura, Davi Navarro e Enzo Arruda, e da equipe de Urbanismo, a Alba Rodrigues e a Lorena Lúcia. Vamos lá. Então, inicialmente, essa apresentação nós vamos apresentar de forma sucinta o empreendimento, a posição que ele se encontra dentro do planejamento territorial, diagnóstico dos aspectos do meio físico, bióticos,

socioeconômico, uma apresentação sucinta sobre o urbanismo, as soluções de infraestrutura e, na sequência, o prognóstico ambiental e os programas ambientais necessários para mitigar os impactos.

O processo de licenciamento é para requerer a licença prévia. O número do processo é o 39100033392531. E o objetivo é seguir o rito de licenciamento, essa audiência, para obter a licença prévia e, na sequência, a licença de instalação do empreendimento juntamente com a aprovação dos projetos de infraestrutura.

O empreendimento está localizado na região administrativa de Planaltina. A matrícula é a matrícula número 10901, registrada no 8º Ofício de Imóveis de Planaltina. A área possui 1,99 hectares.

A área não pertence ao patrimônio da Terra Capa, ou seja, é uma área privada. O urbanismo está destinando uma área unicamente institucional para que será implantado o SENAC. Essa área compõe aproximadamente 3.800 m².

E, na parte sul, um equipamento, um elupe, onde também vai ser implantada uma bacia para receber as águas pluviais. Quanto à Lei Complementar do Plano Diretor, a Lei 803-2009, a área está situada dentro da zona urbana de uso controlado, que permite o uso do objetivo de desenvolver esse empreendimento. Quanto aos aspectos das unidades de conservação, a área está inserida dentro da APA do Planalto Central, conforme o Decreto 10-2002, e não existe qualquer incompatibilidade com a aprovação desse parcelamento solo, ou esse empreendimento.

Então, ao sul, nós temos aqui a Zona de Preservação de Vida Silvestre, que não está inserida dentro da poligonal. E, mais ao sul, também, do outro lado, do Ribeirão

Mestre D'Armas, temos a APA do São Bartolomeu. Outras unidades de conservação próximas ao empreendimento, nós temos a Estação Ecológica Águas Emendadas ao Norte.

Ao sul do empreendimento, nós temos o Refúgio de Vida Silvestre Mestre D'Armas. No extremo sul, temos o Parque Ecológico do UDR. Ao leste, o Parque Ecológico Sucupira.

Quanto ao zonamento ecológico-econômico, a área está inserida na subzona de diversificação produtiva de serviços ecossistêmicos 6, que é destinada exatamente à diversificação das atividades produtivas para garantir a geração de emprego e renda por meio do desenvolvimento de atividades. Então, o objetivo do empreendimento está condizente com o zonamento ecológico, quanto à sua zona de diversificação. Quanto aos corredores ecológicos, dentro do zonamento ecológico, ela está dentro da zona sagui, que é uma zona que possui uma intervenção e uma necessidade de recuperação, porque ela encontra-se em transições de ambientes naturais com ambientes urbanos e pequenos remanescentes do cerrado.

Quanto à parte meio-física do zonamento ecológico, ela tem um baixo risco, conforme o zonamento ecológico, quanto à perda de recarga de aquífero, baixo risco de contaminação do subsolo, mas a presença é um risco alto quanto à perda de solo por erosão e quanto à perda de remanescentes do cerrado, o próprio terreno não possui remanescentes de vegetação. Quando nós desenvolvemos dentro do zonamento o cruzamento de todas as informações, a área está dentro do risco 1, que compreende aproximadamente 60,3% do território DF, ou seja, que possui um risco. Dentro dessa classificação há áreas que chegam até 4 riscos.

No nosso caso, onde o empreendimento encontra-se inserido, apenas um risco, que é o risco por perda, por erosão. Para isso serão adotadas, dentro dos projetos de

infraestrutura e dentro do urbanismo, ações para mitigar esses impactos, como programas de gestão de impacto sobre o meio físico, programas de monitoramento de processos erosivos e programas de arborização exatamente para mitigar os efeitos dos riscos que foram apontados dentro do zonamento ecológico. A área do empreendimento não está inserida em nenhuma faixa de proteção, em nenhuma APP, não tem nenhum córrego nascente.

O único córrego próximo é o Ribeirão Mestre D'Armas, que está aproximadamente 150 metros da poligonal do empreendimento. Agora vamos dar início aqui sobre o diagnóstico meio físico, que compreende as questões geológicas, geomafológicas, pedológicas, declividade, e dentro desses aspectos nós estudamos a área de influência indireta, que corresponde à micro-bacia do Ribeirão Mestre D'Armas, a área de influência direta, a gente considera um afastamento da poligonal de 250 metros, e a área diretamente afetada é a poligonal do próprio empreendimento. Então, nos aspectos do meio físico, a pedologia que a gente discute, a questão do solo, existem diversas tipologias de solo.

No empreendimento nós identificamos um único tipo de solo, que é um cambisol, que ele representa um solo com características de roça em processo de temperismo, e a declividade do terreno, ela aproxima até de 5% a 10%, então ele tem uma certa ondulação. Na geologia, ela está dentro de um grupo geológico canastra, enquanto a geomafologia, ela está dentro de um plano geomafológico intermediário. Nos estudos foram realizados alguns ensaios, um deles foi o ESPT, na qual é identificada a profundidade lençol freático e a capacidade do empreendimento, ele recebeu uma carga.

Nós identificamos que ele não tem nenhum tipo de fragilidade geotécnica, mas desde que atenda todos os parâmetros de engenharia e infraestrutura para a implantação do empreendimento. No diagnóstico meio físico, nós fizemos a análise da susceptibilidade de erosão, essa análise é um cruzamento de informações de

declividade, solo e uso e ocupação do solo, para que nós possamos prever as ações de mitigação necessárias a serem atendidas nos projetos de infraestrutura. Então, nós temos aqui uma média susceptibilidade de erosão em função do cruzamento dessas informações.

Nos aspectos do meio biótico, nós discutimos a questão da flora e a questão da fauna, a área de influência do meio biótico, ela compreende exatamente a poligonal do empreendimento e a área de influência indireta, a unidade hidrográfica do Alto do Rio São Bartolomeu. Na flora, nós podemos observar, em uma análise multitemporal, que em 2007 até a data atual, 2025, 2024, aqui nessa imagem, nós temos aqui 2007, 2003, 2019, 2024, a área apresenta o mesmo tipo de utilização e poucos indivíduos arbóreos e não foram identificados remanescentes florestais significativos. Dentro do levantamento, nós identificamos que existe uma predominância de graminas exóticas em toda a área e alguns indivíduos arbóreos exóticos e outros nativos.

Dos 42 indivíduos arbóreos identificados, 3 são exóticos e 38 nativos. Na compensação florestal, nós calculamos que será necessário compensar 190 indivíduos em forma de plantio ou pecúnia, conforme o processo de compensação florestal. Na fauna, o empreendimento, por conta das características e tamanho, por estar dentro da zona urbana de uso consolidado, ele é dispensado de levantamento de fauna, mas a nossa equipe faz todo o caminhamento para identificar algumas informações, as informações pertinentes à fauna, os grupos fauníficos, foram identificadas 8 espécies de aves silvestres e ninjas de abelha nativa.

E nenhuma espécie ameaçada de extinção. Dos aspectos socioeconômicos, a área de influência indireta corresponde à região administrativa diplanaltina e a área de influência direta é o setor habitacional mesdarmos destacado aqui nessa figura em amarelo. E a área de influência direta é o limite do empreendimento.

A unidade de planejamento territorial que encontra o empreendimento é a UPT Norte e apresenta uma taxa média anual de crescimento considerando os anos de 2020 e 2025 e tende a ter uma cresce populacional nos próximos anos, passando a ocupar o quarto lugar do Distrito Federal. Na análise do diagnóstico socioeconômico, utilizamos como base as informações do PEDAD, ampliado em 2024, da população urbana de 121 mil pessoas, 51,8% é do sexo feminino e 48,2% do sexo masculino. E a predominância da população é jovem, cuja média de idades é em torno de 33 anos, enquanto a média do Distrito Federal é de 34.

Então nós temos aqui uma predominância entre jovens de 20 a 24 anos de idade, então uma população relativamente jovem com um grande potencial de crescimento. Nos aspectos de renda, a média estimada foi apresentada em torno de 3.558, perdão, a média de renda domiciliar é de 3.558 e por pessoa de 1.529, resultando um coeficiente Gini, que é um coeficiente de renda média de desigualdade, é um coeficiente que define entre 0 e 1, em que o valor nulo indica a igualdade total e o valor unitário indica a desigualdade total. Então, enquanto o Distrito Federal é de 0,53, a região de Planaltina é de 0,48.

Observa-se que as faixas de salário mínimo, a média por pessoa é de 1.529. Quanto à escolaridade, a distribuição da população com mais de 25 anos, 20% do nível superior da população é 20,9% tem ensino superior completo. E a gente observa uma predominância da população com ensino médio completo, de 36,8% superior do que o próprio Distrito Federal. Nessa observação, a gente pode dar uma ênfase que é necessário nessa região investimento em educação e capacitação, que é o foco do empreendimento que está sendo apresentado aqui essa noite.

Então, as pessoas têm uma baixa escolaridade e o potencial deste empreendimento visa favorecer o desenvolvimento da comunidade. Ainda nos aspectos da saúde, nós identificamos quais são os equipamentos urbanos próximos ao empreendimento. Na

saúde, nós identificamos 11 equipamentos, sendo eles um hospital regional e outras unidades básicas de saúde, numa faixa de 3, 5 e 10 quilômetros.

Quanto à educação, nós identificamos 58 escolas públicas localizadas num raio de 10 quilômetros e 8 no raio de 3. Então, no raio direto de 3, nós temos 8 escolas e no raio de 10, temos 58 escolas públicas. Quanto à segurança, nós estamos falando de delegacias, postos de atendimento comunitário, nós identificamos 15 unidades no raio de 10 e 1 unidade no raio de 3 quilômetros. Os equipamentos de lazer, nós identificamos 53 equipamentos no raio de 10 e 4 localizados no raio de 3 quilômetros.

No empreendimento, nós temos algumas linhas que passam de frente, totalizando 9 linhas que atendem todo o setor habitacional Mestre D'Armas e 3 linhas que passam na 020, próximo ao futuro parcelamento. Localizada uma parada de ônibus a 91 metros de distância do empreendimento. Eu vou passar a palavra aqui para a Lorena, que ela vai detalhar os aspectos urbanísticos e, na sequência, o Enzo, para falar sobre a parte de infraestrutura.

Boa noite, eu sou a Lorena. Vou falar aqui, representando a Alba Grillo, sobre as diretrizes urbanísticas e o projeto urbanístico. Então, como mencionado anteriormente, é um área de aproximadamente 20 mil metros quadrados para a implantação do Centro Educacional Profissional do Senac nas margens da rodovia da BR-020 no setor de Ponaltino, na RE de Ponaltino.

O terreno, a poligonal do projeto, está na zona urbana de uso controlado 2, que é uma zona predominantemente habitacional, de baixa e média densidade, mas que tem espaço para implantação de comércio, de habitações, empreendimentos de uso institucional, desde que de acordo com o uso urbano de conservação dos recursos naturais. Então, como eu mencionei, é um uso predominantemente habitacional, de baixa e média densidade, com comércio, prestação de serviços, atividades

institucionais e equipamentos públicos e comunitários bem-vindos ao local, dedicado às medidas ambientais. Quanto às diretrizes urbanísticas ali da região, a gente percebe que o terreno, a poligonal está enquadrada, grande parte na zona A e um pedacinho ali na zona B, de acordo com a DIUR-05, de 2016.

A zona A, que é essa em vermelho, mais próxima da BR-020, é uma faixa de aproximadamente 100 metros, que recomenda que seja uma área destinada a comércio, a usos institucionais e demais equipamentos comunitários, dada a sua localização estratégica próxima à BR-020. E a zona B também prevê esse uso, com não só habitações de uso coletivo, habitações de uso coletivo em diferentes escalas, mas também individuais, e também o uso comércio e demais serviços para atender a demanda da população, seja ela de educação, emprego, consumo e demais. Então aqui, mais uma vez, refletindo todos os usos permitidos na zona A, onde também está enquadrado o uso institucional ou comunitário, e na zona B também.

É interessante e relevante falar que pela proximidade com a BR-020, essa zona demanda também algumas diretrizes de uso específico relacionadas ao sistema viário de circulação. Então é necessário que tenha vias que conectem as vias locais residenciais com a via expressa, que seria a BR-020. Então é necessário que dentro do terreno esteja proposto já o sistema viário que vai fazer a conexão, sendo então de vias coletoras, para conectar as vias locais com a via expressa, que é a BR.

Então aqui a gente tem uma imagem do parcelamento, que demonstra essas vias implementadas junto de uma ciclovia. O lote de uso institucional em azul, com área de aproximadamente 14 mil m², que representa 70% da poligonal. Um pouco abaixo, representando quase 15% dessa poligonal, está a bacia, que vai ser direcionada para a implementação de um equipamento público, então é uma elup, um equipamento de uso público.

Bacia S, uma bacia de retenção para a drenagem de águas fluviais, então na localização estratégica pela adequidade do terreno. E tem ali na parte superior, a noroeste, a linha de transmissão que passa no terreno e que demanda também uma faixa de 12 metros de segurança. Então seis para cada lado e que está sendo respeitado.

Aqui a gente tem uma imagem da implantação das vias de circulação, denominadas vias de circulação de vizinhança 1, coletoras. A gente tem um corte esquemático, aqui à direita, no ponto inferior, representando como é essa caixa do sistema aviário, então sete metros de faixa de enrolamento, dois e meio para a ciclovia bidirecional, são duas faixas, mais as áreas de passeio, também acessíveis, e faixas de serviço para a implantação de postes, de árvores e o que mais foi interessante para a região. Então assim, o quadro síntese do projeto urbanístico.

A gente tem aqui quase 70% dedicado ao lote institucional, 13.800 metros quadrados, e as áreas públicas, 15% dedicado à ELUP, ao espaço de uso público, onde está a bacia, e mais 15% reservada para o sistema de circulação. Então seria a caixa aviária, com as vias de enrolamento e também a ciclovia. E ainda de acordo com as diretrizes, fica determinado o quadro de parâmetros urbanísticos, com coeficiente de aproveitamento, taxa máxima de ocupação, de permeabilidade, altura máxima conforme a zona, enfim, tudo que dialoga com o projeto proposto.

Boa noite. Então para falar agora da infraestrutura, complementar o que o pessoal já falou aqui, em primeiro momento a gente fez uma solicitação, umas consultas junto às concessionárias das infraestruturas resistentes na região, e no que trata de esgotamento sanitário, a CAESB, por meio do Termo de Viabilidade Estratégica número 44 de 2024, apontou a existência de redes de esgotamento sanitário perto ao empreendimento, de forma que não tenha interferência direta dentro da poligonal do empreendimento, podendo assim a gente realizar a conexão com o sistema futuramente, realizando, claro, essa consulta com a CAESB, da onde seria o melhor

ponto de conexão do esgoto do SENAC junto ao sistema já existente. Então seria necessário a gente elaborar o projeto de esgotamento sanitário, interligando com essa rede existente e posteriormente doando essa rede para a operação da CAESB.

Já no que tange o abastecimento de água, a CAESB afirmou o mesmo ponto, no qual a gente não tem interferência direta das redes existentes dentro da poligonal do empreendimento, mas também tem a existência de redes adjacentes ao empreendimento, que podem sim atender a demanda de água que teria dentro dessa poligonal, sendo necessário também que realize essa ligação conforme o sistema existente e caso haja disponibilidade de água na região também. Já no que tange a drenagem por meio do processo 390.000.4409 de 2024-2016 junto à nova CAP, ela também afirmou que não há interferência com a rede pública de águas pluviais implantadas perto da poligonal de estudo. Todavia, não há capacidade de atendimento das águas pluviais geradas dentro da poligonal.

Dessa forma, eles colocam como solução de projeto que seja concebido todo o projeto de infraestrutura, projeto completo de drenagem, de acordo com os termos de referência da nova CAP, que teria que utilizar estruturas de amortecimento, a própria bacia de retenção que já foi comentada aqui anteriormente, sempre obedecendo a resolução número 26 da DASA e da melhor forma que se adeque às condições físicas e hidrológicas da região e às próprias características urbanísticas do empreendimento também. Então aqui a gente pode observar que a gente teria a bacia seguida de um emissário que vai direcionar o deflúvio gerado dentro do empreendimento para o Ribeirão Mestre D'Armas, sempre respeitando a vazão de pré-desenvolvimento estabelecida pela DASA de maneira que tenha realmente o controle ambiental de todo esse sistema. Então, destrinchando um pouco melhor sobre essa solução de drenagem, a bacia de retenção teria que ter ao todo, de acordo com a água gerada dentro da poligonal, 675,83 metros quadrados.

Isso considerando que todo o lote institucional vai ter que ter um amortecimento interno já prévio que vai garantir o critério de pré-desenvolvimento das águas pluviais. Isso é uma vazão de 24,4 litros por segundo por hectare na hora do seu lançamento. Posteriormente a esse reservatório de amortecimento interno, a gente ainda teria a bacia que trataria tanto a quantidade quanto a qualidade de todo o empreendimento como um reforço, uma certa segurança a toda a água que vai ser captada dentro do empreendimento vai ter um maior escoamento devido à permeabilização.

E todo o sistema, posteriormente, que vai ter o tratamento de quantidade e qualidade na bacia de detenção, vai ser direcionado ao Ribeirão Mestre D'Armas, também limitado pela vazão de pré-desenvolvimento, de acordo com o motivo de recorrência de 10 anos. E já no que tange a infraestrutura de rede elétrica, conforme já comentado anteriormente também, a Neo Energia, por meio do processo 390.000.4409.2024, ela devolveu a carta-consulta afirmando que existe referência com uma rede dentro do empreendimento, existe uma rede aérea, que também já previu ali a faixa de servidão dentro do urbanismo e que tem a viabilidade de fornecimento de energia elétrica por meio da própria companhia. Da mesma forma que a gente terá que fazer um estudo de abastecimento de energia e submeter a aprovação da concessão também conforme todos os estudos anteriores.

Diante das soluções apresentadas de urbanismo em estrutura, nós fizemos o prognóstico ambiental e identificamos os impactos e as ações necessárias para mitigar ou compensar. Vamos partir aqui da primeira, alterações microclimáticas, como que a gente pode mitigar com a impermeabilização, com as edificações, então sugerimos dentro do estudo, projeto urbanístico com a utilização de asfessores de umidades, plantio de árvores em pontos estratégicos e durante as obras a utilização de caminhões-pipas para umidificar o solo e evitar a dispersão. Aumento de concentração de particulados atmosféricos, a mesma solução, utilização de asfessores e revegetação em locais específicos.

Aumento de vazão das águas pluviais, instalação de dissipadores de fluxo, utilização de pavimentação que favoreça a infiltração e desenvolvimento do urbanismo de forma que a gente consiga reter o máximo das águas pluviais para que se possa fazer recarga subterrânea das águas. Comprometimento de recarga do aquífero, criar pontos para promover essa recarga subterrânea utilizando dispositivos de pavimentação que favoreçam essa infiltração. Impacto e contaminação de água subterrânea, então vamos fazer o direcionamento correto dos efluentes sanitários e o monitoramento da bacia de infiltração de drenagem que vai ser implementada na ILUP.

O impacto de erosão na área diretamente afetada e em seu entorno, então nós temos que instalar dissipadores de fluxo de água nos lançamentos e utilizar pavimentos que favoreçam essa infiltração e criação de pontos que possam favorecer essa recarga subterrânea e proteção do solo de forma que o solo não fique exposto e que promova processos erosivos. O impacto da flora, perda da biodiversidade da flora. Executar e propor projetos de arborização e paisagismo, são dois impactos que têm as mesmas ações, que é a perda da biodiversidade, fragmentação e isolamento das áreas com vegetação nativa.

Executar e propor um projeto de arborização e paisagismo com indivíduos nativos, sempre que possível, dentro do seu paisagismo e implantar ações de conscientização e sensibilização a partir do programa de educação ambiental. Impacto, introdução e invasão de espécies exóticas, então a gente vai implantar um projeto de arborização e paisagismo utilizando as espécies nativas do cerrado. Os impactos da fauna, perda ou degradação de habitat de fauna e afugentamento e morte de animais, isso geralmente ocorre durante a fase de implantação, então para isso vamos propor um programa de afugentamento e resgate de fauna durante a fase de supressão vegetal, durante a implantação do empreendimento.

Perda de biodiversidade da fauna, executar um programa de recuperação de áreas degradadas e intervenções paisagísticas com espécies e árvores frutíferas nativas na implantação de jardins, de forma que a gente consiga ter principalmente a circulação de ave faunas. Introdução e surgimento de faunas exóticas, então implementar ações de educação ambiental e programas de recuperação de áreas degradadas, priorizando a arborização urbana e paisagismo com elementos de vegetação pertencente ao bioma do cerrado. Medidas compensatórias gerais, então sobrecarga no sistema de coleta, tratamento de esgoto e abastecimento de água, então vamos promover ações de educação ambiental a fim de conscientizar sobre a relação de consumo consciente de águas pelos funcionários, trabalhadores e terceirizados.

Recomendamos também a implementação de sistemas de reaproveitamento de água e de chuva. Sobrecarga no sistema de coleta e destinação final de editos sólidos, então recomenda-se um programa de gerenciamento de resíduos, tanto na fase de implantação do empreendimento, tanto na fase de operação, a fim de orientar os procedimentos e atendimentos e serviços legais durante as etapas de implantação. Para isso será necessário um plano de educação ambiental de forma a conscientizar os funcionários, trabalhadores e terceirizados.

E aumento, último impacto, aumento de pressão sobre o sistema de ar. Então, para que seja mitigado, será necessária uma sinalização correta nas vias de acesso conforme planejado pela Secretaria de Estado de Gestão de Território e Habitação. Geração de emprego e renda é um impacto favorável, positivo do empreendimento.

Então, por isso que é interessante um programa de comunicação social que permita divulgar o que o empreendimento favorecerá na comunidade. Essa medida deverá dar suporte à seleção, recrutamento de mão de obra local, divulgar postos de trabalho para que as pessoas possam participar também na implantação do empreendimento. E, por último, a valorização imobiliária e incremento do comércio.

Então, quando um empreendimento desse porte é implementado na região, então a comunidade, o entorno imediato se favorece. Então, por isso é importante, da mesma forma da geração de emprego e renda, fazer uma comunicação de forma que possa integrar a comunidade com o empreendimento. Então, de acordo com todas as análises que nós fizemos, as soluções de infraestrutura, o prognóstico dessas ações, nós propomos esses programas, Programa de Meio Físico, Programa de Meio Ebiótico, Flora, Meio Ebiótico e Fauna, Programa de Meio Socioeconômico, que deverão ser executados na fase de implantação e operação do empreendimento.

Então, Programa de Gestão dos Impactos sobre o Meio Físico, Programa de Monitoramento de Processos Elusivos, Programa de Arborização, Programa de Afogentamento e Resgate de Fauna, principalmente na fase de implantação do empreendimento, Programa de Comunicação Social, para que possa ser divulgado todos os aspectos positivos do empreendimento, Programa de Educação Ambiental e Programa de Gestão Ambiental das Obras, de forma que possam ser controladas todas as ações ambientais do empreendimento. Então sim, por fim, esse estudo, ele assegura com total, de forma assertiva, que todas as medidas adotadas reduzirão os efeitos negativos e os resultados positivos do empreendimento nós iremos divulgar para a comunidade, para que tenha maior integração. Então, nós concluímos que o empreendimento é satisfatório e a comunidade terá um resultado, colherá os frutos do resultado desse empreendimento.

Então, para isso serão desenvolvidos uma série de programas que visam garantir a sustentabilidade do empreendimento durante as fases de instalação, operação e equilibrando o desenvolvimento urbano e a preservação ambiental. Vou passar a palavra aqui para a superintendente, Natália. Bom, muito boa apresentação, agradeço à Academia de Engenharia, em nome do João, agradeço a todos os participantes da elaboração do RVI.

Eu acho que foi uma apresentação bastante esclarecedora, João, sobretudo no sentido de demonstrar a viabilidade do projeto sobre o ponto de vista ambiental. Então, para aqueles que estão nos acompanhando e tiverem eventuais dúvidas sobre o que foi apresentado ou sobre o que, enfim, não tenha sido apresentado, nós pedimos que, por favor, encaminhe sua dúvida através do formulário que está na descrição do nosso vídeo ou para aqueles que estão no ponto de acesso presencial que procurem o Antônio Terra, que está no nosso ponto de acesso presencial, para que faça o uso da palavra ou até mesmo a submissão de formulário por escrito. Tudo bem? Então, pessoal, nesse momento nós vamos dar início à nossa pausa para a organização aqui dos trabalhos e para dar tempo de chegarem as participações.

Nosso tempo previsto regimental é de 15 minutos. Nesse momento são exatamente 20 horas e 9 minutos. Então, a nossa ideia é que daqui a 15 minutos a gente retorne por volta das 20 horas e 25 minutos com eventuais formulários já para serem respondidos conforme a participação ou já me antecipando para eventualmente a finalização dos trabalhos dessa noite.

Então, peço para aqueles que quiserem já fazer sua participação que façam durante esse intervalo. Nossa equipe já está reunindo eventuais contribuições que estejam chegando e a gente volta daqui a 15 minutos. Então, agradeço e até logo.

Olá, pessoal. Retornamos, então, do nosso intervalo. São exatamente 20 horas e 25 minutos.

Até o momento, nós, através dos nossos formulários, não recebemos contribuições. No entanto, eu vou passar a palavra para o Antônio Terra, que é servidor do Brasil Ambiental, que está no ponto de acesso onde está tendo a transmissão dessa audiência. Eu vou solicitar, então, que o Antônio verifique se a transmissão correu

bem, se teve alguma intercorrência e se algum participante quer fazer o uso da palavra.

Oi, Antônio. Tudo bem? Oi, Natália. Boa noite.

Me escuta bem? Sim, perfeitamente. Beleza. Eu estava até dando o aviso aqui para o pessoal, né? Se alguém quiser fazer o uso da palavra e relembrando aqui também o link para enviar o formulário online, né? Tanto, principalmente, focado aqui no tema da audiência pública, aqui da questão do estudo ambiental, mas também, eventualmente, né? Se tiver algum questionamento direto para o Senac em relação a alguma questão sobre o empreendimento, né? Que possa ser esclarecido, que o pessoal possa fazer o encaminhamento das suas contribuições.

Eu vou até fazer ao vivo aqui, já que a gente já está aqui. Se alguém quiser fazer o uso da palavra, a gente tem o microfone aqui à disposição e fica à vontade para poder encaminhar as suas contribuições, fazer sua manifestação. Se não tiver, eu vou retornar aqui para a Natália no momento.

Posteriormente, se alguém tiver o interesse, a gente chama de novo aqui. Está bom, Natália? Obrigado. Perfeito.

Obrigada, pessoal. Teve bastante participação, né, no local. Então, agradeço novamente a todas e todos que estão aí nos acompanhando também no ponto de acesso.

Bom, não tendo, pessoal, nenhuma contribuição nesse momento, eu vou passar, então, apenas alguns esclarecimentos relativos ao procedimento de licenciamento

ambiental e em que fase que estamos nesse momento. Bom, após a apresentação deste RIVE, que é o relatório de impacto de vizinhança, de fato, a equipe do Brasil Ambiental vai se debruçar sobre esse projeto com maiores detalhes, inclusive para buscar uma análise minuciosa e detalhada de todo esse relatório com o enfoque nos impactos ambientais, quais medidas de compensação e mitigação são necessárias para esse projeto. Nós verificamos também no chat do YouTube que teve bastante interação dos participantes e eu agradeço a participação de todas e todos que estão nos acompanhando também no canal, inclusive muitos no sentido de celebrarem a chegada desse empreendimento.

Então, também para esclarecer essa comunidade que está afetada diretamente ou indiretamente por esse projeto, que nós ainda temos um caminho a percorrer, nossa equipe, além de fazer a análise mais detalhada do RIVE, vai a campo, vai fazer uma visita para fazer a checagem das informações que foram colocadas no RIVE e a nossa expectativa é que após essa análise a gente já tenha uma opinião consistente, consolidada em relação à viabilidade desse projeto, porque nós aqui sempre nos pautamos e nos posicionamos sobre a viabilidade do projeto apresentado, não significa que é a viabilidade daquela atividade ali. A gente sabe que aquela atividade já é passível de ocorrer naquele local, no entanto o projeto, como ele é um pouco mais detalhado, a gente vem com alguns detalhes e se esse projeto precisar de melhorias, assim nós solicitaremos, eventualmente se necessário, fazendo alguns ajustes para que no momento posterior ele sim se torne viável. Então é nesse momento que estamos, lembrando que na licença prévia, que é essa etapa inicial que nós estamos agora, ainda não é uma autorização efetivamente para obras.

É uma viabilidade ambiental que dá diretrizes para a etapa seguinte, então eventualmente aquela bacia de águas pluviais que está sendo proposta lá embaixo no córrego, se ela precisar de algum requisito especial, se ela precisar de algum tipo de requisito técnico, algum material, ou se tiver alguma proibição, essas informações vão aparecer na licença prévia, nas condicionantes da licença prévia. Então só para esclarecer, a licença não é nada mais, nada menos do que uma lista de obrigações a

serem cumpridas pelo proponente do projeto, estabelecidas pelo órgão ambiental, o Brasil Ambiental é o órgão licenciador do Distrito Federal, que ali vão ter todas as diretrizes para a etapa seguinte. Então se tiver alguma questão de proibições, vedações, restrições, vão estar todas apontadas na licença ambiental.

E assim é possível avançar para a etapa seguinte. Bom pessoal, feitos esses esclarecimentos e não havendo nenhuma contribuição, gostaria de saber se nós já podemos nos encaminhar para o fim. Podemos, João? Então, perfeitamente, já estamos nos encaminhando para o fim da nossa audiência.

Nesse momento, em nome do Brasil Ambiental, em nome da Superintendência de Licenciamento, Monitoramento e Controle Ambiental, eu gostaria de agradecer ao SENAC, em primeiro lugar, a Academia de Engenharia também, pela realização dessa audiência. Agradecer a cada uma das pessoas que estão aqui nos bastidores, nos acompanhando, toda a equipe técnica, os servidores do Brasil Ambiental. Vou ler aqui, porque eu não decorei.

Eu acho que é CF14, né? Vocês vão me corrigir. CF14, pela Naltina, agradecer ao CF14 que nos recebeu, recebeu, toda a equipe do SENAC e da Academia também, para fazer a transmissão dessa audiência no ponto de acesso presencial e sempre informar que essa audiência, ela vai ser totalmente, a ata dessa audiência totalmente disponibilizada no processo de licenciamento ambiental com todas as informações e que essa audiência fica disponível no nosso canal do Brasil Ambiental no YouTube e, a partir de hoje, 10 dias para contribuições, através dos nossos e-mails sulam.ibram.dev.gov.br ou mesmo o [licenciamento.ibram arroba.gmail.com](mailto:licenciamento.ibram_arroba.gmail.com) Então, mais uma vez, agradeço, desejando aqui uma boa noite a todas e todos, um bom retorno para casa e que nós possamos sair daqui, espero que sim, já com todas as dúvidas sanadas e acompanhe as notícias desse projeto, enfim, e de outros que a gente tem no nosso canal, nas nossas redes sociais, porque o licenciamento, ele precisa muito da participação popular e essa participação, quanto maior ela for, mais

efetiva ela é e o licenciamento só ganha com isso. Então, mais uma vez, peço para que divulguem essa audiência também na sua vizinhança, enfim, principalmente quem mora ali na região e convido a todos, sempre que puderem participarem das nossas audiências, porque são sempre muito esclarecedoras, muito produtivas e é o momento que a gente tem para, enquanto cidadão, cidadã, contribuir para o projeto, para a nossa cidade.

Então, pessoal, boa noite, bom retorno para casa, obrigada e até a próxima. Tchau, tchau. Obrigada, gente.